



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

**EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS
EUROPEUS**

Of. n.º 036/12ª/CPECC/2011

18-01-2012

Assunto: Envio do Relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Parecer relativo ao **Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012, aprovado por unanimidade**, na reunião desta Comissão Parlamentar realizada em **17 de Janeiro de 2012**.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,

(José Mendes Bota)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Relatório e Parecer

COM(2011) 777

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho,
ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões

Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012

Procedimento

Nos termos do artigo 7.º da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões [COM (2011) 777], foi enviada, no dia 13 de dezembro de 2011, à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, atento o seu objeto, para efeitos de análise e elaboração de relatório e parecer.

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação reuniu no 21 de Dezembro e procedeu à indicação do Deputado relator;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A Comissão de Assuntos Europeus elaborará o Parecer Final, contendo os Pareceres das restantes Comissões especializadas permanentes, que será apresentado e debatido em Sessão Plenária, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 4º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto.

Contextualização

A Comissão Europeia, no passado dia 15 de Novembro de 2011, apresentou o seu Programa de Trabalho para 2012, que, no essencial, pretende conciliar a necessidade de resposta às carências prementes motivadas pela crise com a necessidade de prosseguir questões estruturais ligadas à criação de uma Europa próspera e sustentável a longo prazo.

A época de crise que se vem arrastando e agudizando, coloca na União um duplo desafio, económico e político, sendo que lhe cabe dar uma resposta decisiva a todos os europeus, no âmbito dos pressupostos fundacionais do Projecto Europeu.

Assim, a UE deve atribuir prioridade absoluta à promoção de uma recuperação económica sustentável e geradora de emprego, restabelecendo o crescimento e a confiança, sendo que para tal é imprescindível uma parceria ativa entre as instituições da UE e as instâncias nacionais.

Neste contexto, a maioria das iniciativas da Comissão estão inseridas numa perspetiva de, a longo prazo, alcançar elevados níveis de emprego e estabelecer uma sociedade equitativa em toda a UE, promovendo a competitividade, combatendo os custos sociais da crise e impulsionando o processo de retoma para um futuro sustentável.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A Comissão Europeia, durante o próximo ano, manifesta a sua determinação em diligenciar pela superação da crise económica que afeta os europeus, essencialmente através da promoção do crescimento e do emprego.

Objeto da iniciativa

Na senda do crescimento e do emprego, a Comissão estabelece um conjunto de prioridades de atuação para 2012 em prol dos objetivos supra identificados, indicando, para tal, um leque de iniciativas legislativas e não legislativas a realizar no decurso deste ano.

O Programa para 2012 assume como fulcral a construção de uma Europa de estabilidade e responsabilidade, assente na cooperação entre todas as instituições e todos os Estados-Membros, tal como é reconhecido pela *Estratégia 2020* (estratégia económica da União Europeia).

Para tal, deve proceder-se à reforma do sector financeiro, de forma a torná-lo eficiente, a gerar emprego e crescimento e a investir na confiança, sendo que a Comissão tem vindo a reformular a regulamentação e a supervisão financeira mediante propostas em matérias, tendo em mente novos atos legislativos para 2012, direcionados para a proteção dos investidores (revisão das regras dos organismos de investimento coletivo e apresentação de iniciativas referentes às informações pré-contratuais para os produtos de investimento complexos e à mediação de seguros).

O futuro deve também ser financiado, de forma a assegurar a sustentabilidade das receitas públicas, sendo que uma intervenção a nível da UE pode apoiar os esforços desenvolvidos por cada Estado-Membro em prol de um modelo social europeu no futuro, pelo que a Comissão pretende apresentar novas medidas, tais como: a criação de um sistema de IVA moderno para combater a fraude e reduzir a carga administrativa para algumas empresas, o reforço da estratégia de ajuda aos Estados-Membros em matéria de “paraísos fiscais”, a proteção dos interesses financeiros da UE pelo direito



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

penal e a avaliação da necessidade de reformulação em matéria de insolvência.

Prioritária é também a construção de uma Europa de crescimento sustentável e de solidariedade, de forma a apoiar a competitividade e a inclusão social e a ajudar as empresas na criação de emprego e de novos mercados, sendo várias as iniciativas que incidem sobre esta matéria (Horizonte 2020 – programa-quadro de investigação e inovação, “Erasmus para todos”, Mecanismo Interligar a Europa, entre outros).

Assim, o mercado único continua a ser o principal vetor para promover o crescimento e a criação de emprego, mediante a criação de uma infraestrutura eficaz e competitiva para as empresas e os consumidores, aprofundando os trabalhos sobre a transposição e aplicação da legislação neste domínio.

A emancipação dos cidadãos em sociedades inclusivas mediante iniciativas que criam postos de trabalho e promovem a aquisição de competências fundamentais, combatendo desemprego, exclusão social e pobreza, é outro dos objetivos da Comissão que pretende impulsionar a mobilidade dos jovens candidatos a emprego mediante a identificação de oportunidades a nível transnacional, reexaminar os princípios da flexisegurança, propor a reforma da rede europeia de serviços de emprego, reforçar o mercado interno de produtos de pensões de reforma e abordar a questão dos direitos de pensão complementares daqueles que mudam de emprego.

A comissão deve ainda preparar o caminho para um futuro sustentável, criando uma Europa aberta aos cidadãos e garantindo a segurança e a justiça numa Europa sem fronteiras internas mediante o reforço da confiança mútua e uma resposta equitativa aos principais desafios como a redução das emissões de gases com efeito de estufa à escala mundial, a realização dos objetivos climáticos e energéticos e o incentivo à criação de infraestruturas para a utilização de combustíveis alternativos ao petróleo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Deve ainda ser dada precedência a um papel mais eficaz da UE no mundo, já que uma Europa unida permite assegurar a eficácia da sua ação na cena mundial.

A UE é a maior economia do planeta, contribuindo com mais de metade da ajuda ao desenvolvimento e da ajuda humanitária à escala global.

Encarna os valores universais dos direitos humanos e da democracia, o respeito pelo direito internacional e a ideia de uma ordem multilateral eficaz.

A UE continuará a dar máxima importância à sua vizinhança, mais concretamente aos países do Sul do Mediterrâneo que optam pela via da democratização, ao Roteiro da Parceria Oriental, à estabilidade no Médio Oriente e à segurança em África, preparando-se ainda para eventuais reações no futuro.

A interligação dos vetores externos e internos das suas políticas é essencial, sendo que a ação externa da União se baseia nas políticas e instrumentos em matéria de comércio, desenvolvimento, diplomacia, alargamento, política de vizinhança e resposta à crise e a ação interna se centra nos domínios do mercado único, política climática, política energética e política monetária.

A prosperidade europeia depende da sua competitividade global, com a solidariedade a representar um valor europeu fundamental, que se traduz na ajuda às sociedades mais pobres do mundo, mediante a aplicação eficiente da sua política de desenvolvimento, a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e a criação de um Corpo Europeu de Voluntários para ajuda humanitária.

Em 2012, a UE ainda se centrará na aplicação do consenso renovado da União em matéria de alargamento, preparando-se para receber a Croácia, enquanto vigésimo oitavo membro da União.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Finalmente, é primordial uma regulamentação inteligente e uma aplicação eficaz, pressupondo o bom funcionamento da legislação da UE a todos os níveis, pautada por critérios de eficácia e eficiência.

O direito de iniciativa da Comissão e a sua responsabilidade enquanto guardião do Tratado, traduz-se na sua determinação em assegurar que os cidadãos, as empresas e as autoridades públicas da UE beneficiem plenamente da reforma.

Face à austeridade, os recursos devem ser afetados aos domínios em que os benefícios para o emprego e o crescimento sejam maiores, assegurando ainda os princípios da simplificação, racionalização e valor acrescentado.

O papel de iniciativa da Comissão tem ainda evoluído no sentido de uma regulamentação inteligente, cujo balanço será apresentado pela Comissão.

Feita uma súpula das prioridades de atuação da Comissão, entre as iniciativas consagradas para a sua prossecução, cabem no âmbito da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação as seguintes:

- Agenda do Consumidor Europeu que define uma visão estratégica para a política dos consumidores, atribuindo-lhe mais segurança, informação, educação, direitos, vias de recurso e acesso à justiça e aplicando a legislação de acordo com os princípios da economia social de mercado;
- Estratégia Europeia para a segurança da Internet que visa descrever os principais riscos, desafios e oportunidades no domínio económico e geopolítico, comparar nível de preparação ou atenção política nos países terceiros, descrever problemas e questões aos quais é preciso



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

dar resposta e avaliar as ações em curso e os domínios onde a intervenção é exigida;

- Agenda digital para a Europa que visa extrair benefícios económicos e sociais sustentáveis de um mercado único digital, com base na Internet rápida e ultrarrápida e em aplicações interoperáveis;
- Combate à cibercriminalidade à escala europeia que visa melhorar a capacidade da UE mediante a informação prestada aos cidadãos europeus, aos Estados-Membros e ao Parlamento Europeu sobre as condições prévias a preencher para assegurar uma ação eficaz contra a cibercriminalidade;
- Promoção da integração dos ciganos, com políticas activas de integração e harmonização social;
- Rumo a uma estratégia da UE para a nebulosa computacional, que visa abordar questões como a proteção e conservação de dados, a legislação aplicável e responsabilidade, a proteção dos consumidores e a interoperabilidade, normalização e portabilidade dos dados.

De entre este leque de iniciativas legislativas e não legislativas e, conforme solicitação da Comissão de Assuntos Europeus, sugere-se a inclusão da iniciativa “Agenda Digital para a Europa”, matéria de acompanhamento prioritário e associada a outras iniciativas, na lista de iniciativas de escrutínio reforçado a ser desenvolvido pela Assembleia da República no presente ano.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

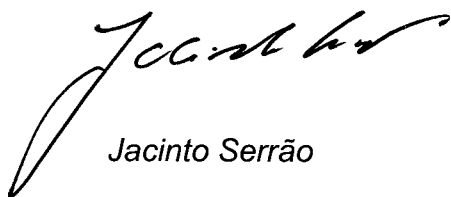
Parecer

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação considera que o presente relatório se encontra em condições de ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto de 2006, para elaboração de relatório e parecer final.

Propõe-se contudo que a iniciativa não legislativa “**Agenda digital para a Europa**” seja integrada nas iniciativas de escrutínio reforçado a ser desenvolvido pela Assembleia da República no presente ano.

Palácio de S. Bento, 17 de Janeiro de 2012

O Deputado Relator



Jacinto Serrão

O Presidente da Comissão



José Mendes Bota